

Papel do partido político

Partimos do pressuposto de que, nos países de democracia consolidada, o funcionamento do regime depende dos partidos políticos. No Brasil, mesmo no seio da classe política, poucos são os que se deram ao trabalho de verificar “in loco” como se estruturam tais organizações na Europa e na América do Norte (Estados Unidos e Canadá).

Nos países integrantes da Comunidade Européia, que se situavam na Europa Ocidental, considera-se que se haja consolidado o sistema de alternância no poder dos liberais conservadores e dos sociais democratas. Mesmo onde essas forças majoritárias vêm-se constrangidas a formar coligações, para governar, mantém-se reduzido o número de agremiações políticas.

Portugal e Espanha não fogem a essa regra, em que pese hajam experimentado sistemas ditatoriais que se prolongaram no tempo, extinguindo-se tão somente nos anos setenta. Vale dizer: o ciclo de experimentação democrática é mais reduzido. Ainda assim, contam com dois grandes partidos, aptos a plasmar o mencionado tipo de alternância no poder.

De um modo geral, as que alcançam representar-se no Parlamento não excedem de quatro ou cinco. Tenha-se presente que, na maioria dessas nações, adota-se o sistema proporcional que, teórica e experimentalmente, fragmenta a representação.

Todas as grandes agremiações dispõem de Fundações muito atuantes.

Tomamos o exemplo da FAES-Fundação de Estudos Sociais, do Partido Popular Espanhol. Logo depois das eleições (geralmente em março), efetua a seleção dos temas acerca dos quais serão encomendados estudos a especialistas. O recebimento desses “papers” começa em setembro e prolonga-se até julho do exercício seguinte. A cada mês tem lugar o respectivo debate de modo que, a partir de setembro do segundo ano após o pleito eleitoral, possam ser apresentados aos comitês regionais do partido. Deste modo, ao longo do terceiro ano subsequente às eleições deve estar concluído o processo de formação de consenso no conjunto do agremiação. Como o quarto ano irá culminar com a campanha eleitoral, estará em condições de apresentar-se perante o eleitorado com uma proposta de governo perfeitamente definida.

Mesmo quando o partido mantenedor da Fundação encontra-se no poder, a praxe de revisar as questões candentes da administração pública não se altera.

Esse modelo é adotado por algumas das principais Fundações, sejam as agremiações liberais, sociais democratas ou socialistas. A variante alternativa corresponde às denominadas “Universidades de verão”, precedidas de preparação equivalente à descrita. Entre as mais famosas destaca-se a do Partido Socialista Francês.

O processo de formação de quadros tem lugar de forma centralizada e sistemática. Ministram-se cursos de diferentes durações. Entre aqueles mais conceituados, destacam-se os oferecidos pela DC Alemã (Fundação Konrad Adenauer) e pelo Partido Social Democrata Alemão (Fundação Friedrich Ebert). Particular atenção é ministrada às lideranças na prática da oratória; do comportamento durante aparições na televisão etc.

Os grandes partidos democráticos do Ocidente admitem em seu seio facções à esquerda e à direita. Convertidos à social democracia, os antigos socialistas afeiçãoaram-se à circunstância, isto é, abandonaram a intolerância tradicional com posições discordantes

das emanadas dos comitês dirigentes, isto é, o velho “centralismo democrático” popularizado pelos marxistas.

Ao contrário do que se passa no Brasil --onde, entre os partidos políticos, predominam aqueles que se configuram como simples blocos parlamentares e os conceitos de direita e esquerda têm em vista unidades fixas--, tais divisões dão-se no interior dos próprios partidos.

Ainda que abriguem divergências, essas não devem afetar aquilo que caracteriza o que se denomina de *núcleo programático*. Este justamente serve para situar a diversidade entre as principais correntes.

É certo que, em alguns partidos sociais democratas tem se revelado difícil a permanência em seu seio de pessoas que se mantêm fieis ao ideário socialista. O caso emblemático corresponde às divergências entre Gerhard Shroeder e Oskar Lafontaine.

Schroeder foi Chanceler da Alemanha entre 1998 e 2005. Logo no início do seu governo, por divergir da política de redução dos impostos incidentes sobre a produção, demitiu a Lafontaine, que, na condição de Presidente do PSD, exercia as funções de Ministro da Fazenda. Lafontaine não só abandonou o PSD como acabaria aliando-se aos ex-comunistas da antiga RDA para formar um partido socialista. Se esta ocorrência pode ser generalizada, diríamos que a experiência histórica vem comprovando que a social democracia européia veio para alhear-se de vez do passado socialista, o que pressupõe rompimento frontal com as teses marxistas. Agora, os teóricos em que se inspiram são Anthony Giddens ou Raymond Plant, entre outros.

A Comunidade Européia adota certas regras que muito reduziram os conflitos sociais e, portanto, a área de manobra dos partidos políticos. Acham-se neste caso a imposição de limites tanto para o déficit público como para as taxas de inflação admitidas. Nessa circunstância, o aumento dos gastos públicos só pode ocorrer mediante elevação de impostos.

Esta precisamente a grande linha divisória entre liberais conservadores e sociais democratas.

Nos últimos decênios, sobretudo em decorrência da liderança de Tony Blair no Partido Trabalhista Inglês, ampliou-se a adesão daqueles antigos socialistas às teses liberais, elemento característico da transformação dos socialistas em sociais democratas. Nessa aproximação, sobressai o abandono da luta pela igualdade de resultados (consigna típica do que batizaram de “velha esquerda”) e a correlata adesão ao princípio liberal da busca de igualdade de oportunidades.

Apesar da mencionada confluência, os núcleos programáticos dos partidos liberais conservadores distingue-se claramente daquele presente às plataformas sociais democratas. Nestas, o Estado continua sendo preferido como patrono de iniciativas, o que envolve quase sempre maior tributação.

Assim, o núcleo programático corresponde ao elemento diferenciador entre as agremiações políticas. Constitui a referência básica na consecução das alianças partidárias. Embora não as impeça, impõe que as transigências não venham a desfigurar as plataformas com que se apresentam perante o eleitorado.

Essa fidelidade a princípios é assegurada pela identificação com as grandes correntes de opinião existentes em cada nação. Os partidos se constituem justamente para representar os segmentos mais expressivos da opinião. Mas, ao mesmo tempo, contribuem para dar-

lhes maior coerência e consistência. Tecnicamente diz-se que os partidos obrigam ao afunilamento e hierarquização dos interesses.

O fato de que, presentemente, o seu número se mantenha reduzido resulta naturalmente de que as correntes de opinião, dotadas de um mínimo de consistência, são poucas. Não mais encontram guarida acenos provindos dos comunistas ou dos fascistas. Nos países de democracia consolidada, saíram da moda, ainda que possam aparecer na mídia fazendo baderna. Essa “apelação” reflete com propriedade o grau de isolamento com que se deparam.

A temática do interesse --objeto da representação política-- envolve grande celeuma teórica. Alguns estudiosos o identificaram com o egoísmo ou amor-próprio excessivo mas surgiu também uma opinião favorável. Na corrente que se denomina de *utilitarismo* – entendida por vezes como sinônimo de *moral do interesse* – estabelece-se uma nítida distinção entre moral individual (geralmente ligada à religião) e moral social (convencionada segundo as épocas históricas a partir das tradições culturais predominantes). Segundo aquela doutrina, os homens tendem a cumprir as regras morais sancionadas socialmente a partir do *princípio da simpatia*, isto é, de que carecem da aprovação dos demais membros das respectivas comunidades. Por esse modo, o interesse foi aproximado da *virtude*. Considerou-se também o papel que pode desempenhar no processo pedagógico, notadamente pelos educadores americanos, a partir de William James (1842/1910) e John Dewey (1859/1952).

Nesta oportunidade, vamos tomar como referência o entendimento comum e consagrado, isto é, o de que o interesse corresponde ao que de fato interessa às pessoas, isto é, aquilo que as mobiliza.

A vida em sociedade sugere que os interesses humanos são muito diversos. Mas podem ser agrupados em reduzido número de categorias. Entre estas certamente sobressai o interesse econômico. O sistema representativo repousa na convicção de que todos são legítimos, tanto os dos assalariados como os dos capitalistas ou da burocracia vinculada ao Estado. Todos são particulares, exclusivistas e não há mágica capaz de identificá-los pura e simplesmente com os interesses nacionais, embora também não sejam obrigatoriamente contrários. O País estará organizado em bases estáveis quando os mecanismos de negociação entre esses interesses provarem ser flexíveis o suficiente para evitar ou reduzir o impacto das grandes comoções.

Seria, entretanto, grave equívoco tudo reduzir ao patamar econômico. Força mobilizadora de igual ou maior magnitude têm os interesses cívicos e os morais. No primeiro caso, a história do País está cheia de exemplos da profundidade de nossos sentimentos patrióticos. Somos mesmo tendentes a exagerá-los, sob a ótica de um nacionalismo tacanho, supondo que “a pátria está em perigo”, mesmo em situações nas quais a nossa independência de modo algum encontra-se em jogo.

Os interesses morais são certamente ainda mais fortes. Como estamos saindo de um ciclo relativamente longo de autoritarismo, quando as liberdades públicas estiveram contidas, há uma certa inibição no condenar as formas grosseiras de permissividade e exibicionismo que invadiram as casas de espetáculo e as publicações. Mas esta é, sem dúvida, uma situação transitória, desde que não pairam dúvidas quanto ao fato de que certos valores, como a família, a honra pessoal ou a compostura sejam expressivos de nosso modo de ser.

Aqui sobressai o papel do partido político. Precisamente a este compete atuar como elemento catalisador de interesses. Fingindo que não existem, valorizando suas

lideranças acima de tudo as ambições pessoais, as agremiações políticas da atualidade brasileira jamais virão a adquirir a necessária consistência. Não passa de ilusão a crença de que chegarão, de fato, a representar a sociedade sem assumir o ônus da defesa desse ou daquele interesse. Ainda mais: é preciso ter coragem de reconhecer que, sem partidos políticos autênticos, a democracia brasileira nunca passará de uma figura de retórica.

Como se estruturou o bipartidarismo norte-americano

Em livro recente, comparativo da trajetória dos países constituídos, na América, a partir dos descobrimentos --*Ficando para trás. Explicando a crescente distância entre América Latina e Estados Unidos* (2008); tradução brasileira, 2010-- Francis Fukuyama chama a atenção para o fato de que, sendo o sistema eleitoral adotado nos EE.UU. idêntico ao inglês, insere uma distinção fundamental. Na Inglaterra, cabe ao partido majoritário organizar o governo. Nos Estados Unidos, a liderança deu preferência a Presidências da República que não dispusessem de maioria no Congresso. Para assegurar-se desse resultado, as eleições parlamentares passaram a ser efetivadas quando o titular do Executivo completasse a metade do mandato. E, assim, o Parlamento ficou sendo renovado a cada dois anos.

Outro fato notável: o processo de democratização não encontrou maior oposição na medida em que a colonização do país deu-se na base da disseminação da propriedade agrícola. Onde se estruturaram fazendas maiores, estas tiveram que recorrer ao trabalho escravo, que acabou gerando a única grande divisão, dilaceradora, com que se deparou a jovem nação.

Como a tradição herdada dos ingleses era o chamado “self-government”, as comunidades adquiriram a prerrogativa de escolher o sherife (o responsável pela polícia) e o juiz. Essa praxe estendeu-se à escolha de quem os representaria no pleito eleitoral correspondente. Vem daí as denominadas “eleições primárias” que se considera seja responsável pela vitalidade e capacidade de rejuvenescer-se, sem violar a tradição, revelada pela democracia norte-americana.

É possível que a clássica divisão entre **tories** (mais tarde chamados de conservadores) e **whigs** (como de início se denominavam os liberais), haja influído na progressiva consolidação de apenas duas grandes agremiações também na ex-colônia inglesa, como se dava na Metrópole. Pelas razões que se apontará a seu tempo, nos Estados Unidos a emergência da questão social não se traduziu no aparecimento de uma terceira força política.

Quando proclamou a sua independência, os Estados Unidos eram constituídos de treze estados, compreendendo uma população da ordem de 4 milhões, distribuída numa pequena faixa próxima do Atlântico. Firmada a paz, o território tinha 1,4 milhões de km².

O processo de ocupação e povoamento estendeu-se por todo o século XIX.

Com a compra de Luisiana, a incorporação do Texas e a conquista do Novo México e da Califórnia, chegam aos meados do século XIX com um território contínuo, abrangendo desde o Atlântico ao Pacífico, pouco inferior a 5 milhões de km². Em 1859 a população correspondia a 23 milhões e o número de estados ascendia a 33.

O núcleo fundamental dos que conceberam e implantaram as instituições norte-americanas era constituído de protestantes dissidentes (não-anglicanos), que nutriam grandes desconfianças em relação ao Estado. A monarquia inglesa lhes reservara surpresas desagradáveis. A Constituição da Carolina, de 1669, que se acredita tenha sido redigida por Locke, serviria como ponto de referência. A Constituição de 1787 assegura aos estados plena autonomia na administração de seus próprios assuntos, e à

Câmara dos Representantes federal grande soma de poderes. A União tem atribuições muito específicas no que respeita à defesa, relações com outros países e política de imigração.

Visitando o país nos anos de 1831 e 1832, de que se valeu para escrever o clássico *A democracia na América* (1835-1840), Alexis de Tocqueville (1805-1859) observa a inexistência de grandes disparidades sociais. A parcela dominante da população era constituída de pequenos e médios proprietários e empreendedores. De sorte que, mesmo adotando o censo eleitoral, o país era governado democraticamente.

Antes de mais nada, vigorava significativa descentralização, participando as comunidades da gestão da coisa pública e da escolha direta dos principais responsáveis. Os distritos eleitorais tinham uma base territorial limitada, garantida a proximidade entre representante e representado. Além disto, as eleições tinham lugar a cada dois anos.

O problema capaz de ferir de morte esse sistema, como bem entrevira Tocqueville, era a escravidão. Assim, embora fizesse questão de enfatizar a temeridade das prospecções quanto ao futuro, avançaria a seguinte advertência: "... sejam quais forem os esforços dos sulinos para conservar a escravidão, não o conseguirão para sempre. A escravidão, encerrada num só ponto do globo, atacada como injusta pelo cristianismo, como funesta pela economia política: a escravidão, em meio à liberdade democrática e às luzes da nossa época, não é de forma alguma uma instituição que possa durar. Em ambos os casos necessário se faz esperar grandes infortúnios. Se a liberdade for recusada aos negros do Sul, eles acabarão por tomá-la violentamente pelos seus próprios esforços; se lhes for concedida, não tardarão a abusar dela".

O compromisso de 1820, quando do estabelecimento do estado de Missouri, proibia a escravidão ao Norte e nos novos estados que se constituíssem, resultando a nítida divisão do país quanto à matéria. Em 1860, quinze estados com cerca de 10 milhões de habitantes tinham 3,5 milhões de escravos, enquanto os 18 estados restantes (com população de 20 milhões) eram abolicionistas. Com a eleição de Abraham Lincoln (1809-1865) para a Presidência, em 1860, que se propunha abolir essa situação de compromisso, o estado da Carolina retira-se da União, logrando a adesão de outras onze unidades federadas. Começa em seguida a guerra civil, que dura de 1861 a 1865, ocasionando um milhão e meio de mortes. Vitoriosa, a União impõe o término da escravatura.

A abolição representou um duro teste para o sistema eleitoral. No Sul, toda sorte de manobra seria mobilizada a fim de impedir o exercício do direito de voto pelos negros. A alegação é de que constituiriam, por todo o Sul, câmaras e governos exclusivos. A realidade do período da reconstrução mostrou que os receios eram infundados. Os negros não ganharam eleições para os executivos estaduais; elegeram dois senadores e alguns deputados para o Congresso federal, vindo a obter maioria numa única assembleia estadual. Muitos emigraram para o Norte e trataram de conquistar espaços da mesma forma como o comum dos empreendedores americanos. A prosperidade geral incumbiu-se de sanar as feridas da guerra.

Até o fim daquele século (XIX), os Estados Unidos conquistariam uma posição de vanguarda no que respeita à democratização do sufrágio. Em 1900, o Censo registra a presença de 75.994 mil habitantes, dos quais 18.974 mil maiores de 21 anos (25% do total). Nas eleições presidenciais desse ano votaram 13.965 mil (18,4% do total). Levando-se em conta que o voto não era (nem nunca foi tornado) obrigatório, o percentual de votantes é muito expressivo. Na mesma época, o eleitorado da Itália era inferior a 10% da população.

Desde o fim da guerra civil, os Estados Unidos recebem enormes contingentes de emigrantes, em torno de dez milhões em cada decênio, movimento que continua, com maior ou menor intensidade, até os anos cinquenta do século XX. De aproximadamente 76 milhões em 1900, a população passa a 105,7 milhões, em 1920; 131,7 milhões em 1940 e 150,7 milhões em 1950. Em 1980 alcançava 226 milhões (crescimento de 50% em relação a 1950), estimando-se 260 milhões para 1990.

Nos primeiros decênios do século, o número de votantes acompanha o crescimento populacional, chegando a 26,8 milhões em 1920, crescendo com maior intensidade no ciclo seguinte. Assim, entre 1920 e 1958, a população expande-se em cerca de 60% (de 105,7 milhões para 168,2 milhões), enquanto o número de votantes incrementa-se em 130%, elevando-se para 62 milhões naquele último ano. Em termos percentuais, tais resultados são inferiores aos observados na Europa, correspondendo a aproximadamente 40% da população (contra 60% na Inglaterra e 65% na França). Nas oito eleições presidenciais ocorridas entre 1960 e 1988, não se altera substancialmente o percentual de votantes em relação à população.

Estudiosos consideram que, nesse último período, teria aumentado a diferença entre os que dispõem do direito de voto e os que o exerciam. Nas eleições de 1960, 1964 e 1968, os votantes correspondiam entre 61 a 63% do eleitorado potencial, percentual que passa a oscilar de 55 a 53% nas eleições de 1972, 1976, 1980 e 1984. Outros entendem que esse tipo de especulação não refletiria a realidade da vida americana, levando-se em conta que, concluído o ciclo de imigração intensiva e estabelecida a forma adequada de assimilação cultural das novas gerações de emigrantes (através sobretudo do ensino básico obrigatório, que atinge virtualmente o total da população na idade correspondente), o coeficiente dos que exercem o direito de voto, nas eleições presidenciais, tende a manter-se equilibrado, em torno de 40% da população.

Costuma-se dizer que, sendo a escolha do representante um direito, participar dessa escolha é um privilégio que deve ser exercido conscientemente. Além disto, a administração interfere pouco na vida das pessoas. A implementação de políticas públicas pressupõe intensa discussão e significativa participação popular. As questões de ordem moral são extremamente mobilizadoras, achando-se toda a população engajada em alguma forma de associação, havendo uma infinidade de entidades religiosas, culturais ou cívicas.

O certo é que a representatividade do sistema tem se revelado incontestável. Ao longo de duzentos anos, nenhuma das crises experimentadas pela sociedade foi capaz de abalar a estabilidade de suas instituições.

Os Estados Unidos optaram por manter inalterado o número de deputados eleitos para Câmara dos Representantes (435 cadeiras), redesenhando a base territorial do distrito a cada Censo. O país experimentou grandes movimentos populacionais, mesmo ao longo deste século, compreendendo não só a incorporação de imigrantes mas também o maior incremento de determinadas regiões. Ainda neste pós-guerra verificou-se esvaziamento populacional do Nordeste e migração de contingentes expressivos para o Oeste e Sudoeste. Conservou-se igualmente inalterada a praxe de eleger-se um deputado em cada distrito, escolhendo-se o que alcance maioria absoluta.

A prática eleitoral norte-americana levou à formação de apenas duas poderosas agremiações partidárias. Durante todo o século passado, nas eleições para Câmara dos Deputados, os dois maiores partidos têm obtido mais de 94% dos votos, conforme se pode ver dos dados adiante transcritos:

(votação obtida para a Câmara dos Representantes, em %)

ANO	P. REPUBLICANO	P. DEMOCRATA	TOTAL
1920	58,8	35,6	94,4
1922	51,5	44,7	96,4
1924	56,5	40,4	95,9
1926	56,1	40,2	96,7
1928	52,6	42,0	98,1
1930	41,4	44,6	97,2
1932	41,7	54,5	95,9
1934	39,6	53,4	95,1
1936	47,7	55,8	95,4
1938	39,6	48,6	95,6
1940	47,0	51,3	95,9
1942	45,6	46,6	96,7
1944	50,6	50,6	96,8
1946	47,2	4,3	97,8
1948	53,5	51,6	97,9
1950	45,3	48,9	96,8
1952	48,9	49,2	97,5
1954	47,0	52,1	98,1
1956	48,7	50,7	99,4
1958	43,5	55,6	99,1

FONTE: Statistical Abstract of the United States - 1960

Os Estados Unidos nunca estiveram ameaçados pela presença de facções totalitárias que aspirassem subverter o Estado Liberal de Direito. Mesmos os socialistas democráticos não conseguiram empolgar sequer os meios sindicais. O assunto chegou a merecer estudo do renomado estudioso da política Seymour Martin Lipset (1922/2006, no livro *It Did'n Happen Here. Why Socialism Failed in the United States* (2001)

Nas eleições a que concorrem à Presidência (1924, 1928, 1932, 1936 e 1940), os comunistas obtiveram, respectivamente, 38 mil, 40 mil, 103 mil, 80 mil e 49 mil votos. O desenvolvimento industrial se fez acompanhar de um potente movimento sindical que entretanto observou o cumprimento dos estatutos legais, por ele mesmo conquistados. As disputas entre patrões e empregados foram entendidas como fazendo parte do direito privado. Somente depois dos anos trinta, em decorrência sobretudo dos efeitos da crise de 1929, cuida-se das leis sociais.

Desde 1896, os socialistas tentaram sucessivamente formar uma agremiação partidária expressiva. As maiores votações que chegaram a alcançar, nas eleições presidenciais de 1912, 1920 e 1932, oscilaram pouco acima de 900 mil votos, anos eleitorais em que os Partidos Republicano e Democrata obtiveram, respectivamente 3,5 e 6,3 milhões; 16,1 e 9,1 milhões; e 15,8 e 22,8 ,milhões. Os socialistas não conseguiram, pois firmar-se como força autônoma. Desde os anos trinta, entretanto, considera-se que venham conquistando ascendência crescente no Partido Democrata, a ponto de que o termo *liberal*, com que se designavam (por oposição a *conservative*, como se dá na Inglaterra), haja passado a se constituir numa espécie de sinônimo de socialista. O mais adequado

seria traduzi-lo por social-democrata. As administrações democratas, desde aquela década, tratam de interferir na vida econômica do país, introduzindo sucessivos regulamentos, ao arrepio da tradição nacional. Os republicanos, por sua vez, esforçam-se por desmontá-los, peça por peça. Tiveram grande sucesso em fazê-lo nos anos oitenta do século findo.